AO JUÍZO DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE XXXXXXX/UF

Processo nº.

FULANO DE TAL, devidamente qualificado nos autos em epígrafe, vem, por intermédio da DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL (LC n° 80/94, arts. 4°, incisos I e V, e 89, inciso XI), com fulcro no artigo 600 do CPP, apresentar

RECURSO DE APELAÇÃO

em face da r. sentença de fls. 149/156, pugnando pelo seu recebimento, processamento e posterior remessa dos autos à superior instância.

LOCAL E DATA.

FULANO DE TAL DEFENSOR PÚBLICO

EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

COLENDA TURMA

Eminentes Desembargadores Julgadores

Ilustre Membro do Ministério Público

Processo nº.

A DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL vem, na defesa de **FULANO DE TAL**, interpor **RECURSO DE APELAÇÃO** em face da r. sentença de fls. fls. 149/156, fazendo-o nos seguintes termos:

I - DOS FATOS

O recorrente foi condenado como incurso nas sanções do artigo 155, §4º, I, do Código Penal, à pena de **02 (dois) anos e 09 (nove) meses** de reclusão, em regime inicial **fechado** (fl. 155).

Intimada da r. sentença, a Defesa Técnica interpõe a presente apelação, sendo as respectivas razões recusais apresentadas nos termos a seguir expostos.

II - DO REGIME DE CUMPRIMENTO DA PENA

Ao fixar regime mais gravoso do que a pena efetivamente autorizava, o MM. Juiz *a quo* apoiou-se, **tão somente**, no fato de o acusado possuir **uma única circunstância judicial** valorada negativamente, qual seja, maus antecedentes (fl. 151).

Entretanto, a fundamentação para a imposição do regime fechado, com a devida vênia, mostra-se equivocada. Desrespeitou-se, desse modo, a Súmula 719 do Supremo Tribunal Federal, segundo a qual "a imposição do regime de cumprimento mais severo do que a pena aplicada permitir exige motivação idônea".

Portanto, tendo em vista que foi imposto o regime fechado para o cumprimento da reprimenda, sem a devida fundamentação, impõe-se a reforma da r. sentença, a fim de que seja fixado o regime semiaberto.

III - DO PEDIDO

Ante o exposto, a Defensoria Pública pugna pela reforma da r. sentença para que seja fixado o <u>regime semiaberto</u> para o cumprimento da reprimenda.

Nesses termos, pede deferimento.

LOCAL E DATA.

FULANO DE TAL DEFENSOR PÚBLICO